XIV Congresso Brasileiro de Sociologia
28 a 31 de junho de 2009, Rio de Janeiro (RJ)

GT09 – Estratificação e Mobilidade Social

Título do trabalho: Desigualdade social e meio ambiente: dois aspectos do mesmo processo de desenvolvimento

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva – Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social Contemporânea – UNESP – Araraquara

Resumo:

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a questão ambiental como um aspecto essencial para a compreensão da desigualdade social. Desde as primeiras discussões sobre meio ambiente, nos anos 1970, a desigualdade já era colocada como questão fundamental. Os debates incluíam vários aspectos das formas de desenvolvimento sócio-econômico e enfrentamento das desigualdades sociais nos países periféricos do capitalismo. A destruição ambiental anda de mãos dadas à desigualdade social e à pobreza. As populações pobres são as mais afetadas pela produção destrutiva do desenvolvimento atual. Esse fenômeno pode se revelar de várias formas: na falta de saneamento básico, ausência de água potável, “crise dos alimentos”, além da população pobre habitar áreas de maior risco ambiental. Portanto, o combate à pobreza e à desigualdade social depende também da conservação do meio ambiente.

***

A década de 1970 serve como referencial para definirmos um marco do início das discussões a respeito da questão ambiental como um problema a ser enfrentado pela humanidade. Tal afirmação pode ser evidenciada com um acontecimento que abre as discussões no âmbito institucional, que foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento em Estocolmo – Suécia, em 1972. Apesar de controversas opiniões a respeito da importância do mundo, principalmente no aspecto político institucional, de tomar uma nova direção com relação ao desenvolvimento econômico das nações, tendo de um lado os países desenvolvidos (ou centrais) e de outro os países em desenvolvimento (ou periféricos). A idéia de estarmos num momento

onde todas as decisões econômicas ou políticas deveriam pelo menos “pensar” na questão ambiental, foi instaurada a partir daquele encontro.

Desse modo, a partir de 1970 a questão da destruição do meio ambiente ganhou relevância nos meios intelectuais, políticos e nos movimentos sociais. Nos dias atuais, no início do século XXI os motivos de tal importância estão bem claros: convivemos no dia-a-dia com a destruição ambiental explicitada pela devastação das florestas, pelo efeito estufa e seus efeitos que espalham uma preocupação na população como um todo e por todo o globo terrestre.

É durante a Conferência de Estocolmo, que os debates em torno das causas e soluções para a deterioração ambiental é colocado sob dois aspectos. O primeiro, trazido pelos técnicos do MIT, autores do Relatório Meadows, pelo Clube de Roma, coloca a proposta do crescimento zero para o mundo todo, sob a hipótese de uma catástrofe ambiental mundial, teve apoio dos 77 países ditos do terceiro mundo, liderado pelo Brasill.

Segundo Herculano (1992), a segunda contribuição mencionada ao debate sobre meio ambiente vem, também em 1972, do campo marxista através do *Manifesto pela Sobrevivência,* publicado também em 1972, no qual se culpava o consumismo extremado, de interesse do industrialismo capitalista, como sendo o responsável pela degradação ambiental. Portanto, a forma de combatê-lo seria combater o capitalismo.

Assim, podemos verificar, que na literatura que aborda as tensões entre o desenvolvimento capitalista e a destruição ambiental, um dos primeiros aspectos contraditórios desse processo foi classicamente levantado por um dos seus maiores críticos Karl Marx (1986: 107), que observa as forças produtivas podendo se transformar em forças destrutivas, ou seja, “no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não

são mais forças produtivas, mas forças destrutivas (maquinaria e dinheiro).”

Outro pensador, Mészáros (1989), afirma que, seria desejável, em princípio, que mais e mais recursos de uma sociedade fossem destinados à produção de bens *re-usáveis* (e, naturalmente genuinamente *usados* e *re-usados*) – de habitações duráveis e esteticamente agradáveis a meios de transporte rápidos e confortáveis, ou ainda, de esculturas e pinturas a obras de arte literárias ou musicais, etc. – contanto que as necessidades básicas de *todos* os membros da sociedade estivessem adequadamente atendidas.

Portanto, nesse aspecto podemos verificar a questão fundamental em vincular a problemática da destruição ambiental, explicitada acima na questão fundamental da utilidade da produção do trabalho humano e relacioná-la a questão da miséria causada pela estrutura do modo de produção vigente.

Dessa forma, a luz de Guimarães (1988), podemos refletir que, a história da humanidade é a história de suas relações com a natureza e quanto mais avançada a sociedade tecnológica, mais íntimas e mais exigentes se tornam as inter-relações entre seres humanos e natureza. Assim, à medida que as civilizações se empenham em satisfazer necessidades e aspirações humanas crescentes, novas e mais intensas demandas são impostas ao meio ambiente.

Já para Altvater (1995) o desenvolvimento econômico é contrário à proteção do meio ambiente, na medida em que a riqueza, medida pelo grau de industrialização e pelo que ela possibilita em termos de oferta de bens de consumo e de utensílios, é aumentada na mesma proporção que a pobreza.

Assim, podemos dizer que os limites do desenvolvimento capitalista estão na necessidade da superação do atual modo de produção, com a substituição de sua ética da exploração e da competição por novos valores.

São várias as correntes que discutem essa questão, destacamos alguns pensadores, como Joe Weston (apud Herculano, 1992), para quem a crise na qual estamos imersos é muito mais social e econômica do que ecológica, uma vez que atrás dos problemas ambientais o que existe é a pobreza. Seria o capitalismo e não o industrialismo o cerne dos problemas ambientais.

Também para David Pepper (apud Herculano, 1992), outro ambientalista marxista britânico, a eliminação do capitalismo é pré-requisito para a eliminação dos "demônios" ambientais, sendo, portanto, necessária uma aproximação entre os Verdes (referindo-se ao movimento ecológico ou ambientalista) e os Trabalhistas.

Uma das características centrais desse pensamento está na questão coletivista, sendo crítico do *status quo*, defendendo que os grandes responsáveis pela crise ambiental são o capitalismo industrial e elementos dele decorrentes, ou mesmo inerentes, como a desigualdade social e política, a razão instrumental, a ética individualista e o gigantismo das soluções econômicas e tecnológicas.

Outro pensador que ressalta essa contradição da defesa ambiental e do capitalismo é Marcuse (apud Herculano, 1992), também expressa a incompatibilidade entre o capitalismo e ecologia ao afirmar que: "a lógica ecológica é a negação pura e simples da lógica capitalista; não se pode salvar a terra dentro do quadro do capitalismo. Não se trata de converter a abominação em beleza, de esconder a miséria, de desodorizar o mau cheiro, de florir as prisões, os bancos, as fábricas, não se trata de purificar a sociedade existente, mas de a substituir".

O fato de o problema ambiental estar relacionado a toda a biosfera, indica a necessidade de análise da produção sócio espacial em um mundo onde a concentração de riqueza, a pobreza e miséria generalizadas explicitam modos e formas diferenciais de apropriação das matérias primas, ou recursos naturais, e de aceleração do processo de criação destrutiva. Ou seja, não se pode considerar os problemas

ecológicos como fruto de uma relação apenas entre ser humano-natureza no sentido genérico; trata-se de compreender que estes decorrem das relações que os seres humanos estabelecem entre si (RODRIGUES, 2003).

O recente processo de mundialização do capital e sua crise atual suscitam a necessidade de aprofundar o debate em torno de novas abordagens. Neste sentido, vale lembrar as idéias que Guimarães (2001) ou a necessidade de construção de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável alternativo à globalização capitalista baseado no crescimento econômico ilimitado e, portanto, no esgotamento dos recursos naturais e no aumento da exclusão social. A sustentabilidade depende da inter-relação entre: população (tamanho, dinâmica); organização social (padrão de produção, estratificação); entorno (ambiente, recursos naturais); tecnologia (inovação, energia) e aspirações sociais (valores, cultura), denominada “equação do poeta”.

A destruição ambiental encontra nos países do Norte seus maiores responsáveis. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2001: 297), “os países do Norte ‘especializaram-se’ na poluição industrial e em tempos mais recentes têm conseguido exportar parte dessa poluição para os países do Sul, quer sob a forma de venda de lixo tóxico, quer por transferência de algumas indústrias mais poluentes por ser aí menor a consciência ecológica e serem menos eficazes os controles antipoluição”.

A forma em que a sociedade capitalista se organiza e busca soluções para suas crises implica necessariamente em maiores problemas ambientais e sociais. De todos “os efeitos da poluição e da degradação ambiental em geral, os mais ameaçadores são hoje em dia o efeito estufa e a degradação da camada de ozônio, com conseqüências para o ecossistema da terra difíceis de prever em toda a sua extensão.” (Santos, 2001: 297) e os “os fatores da transnacionalização do empobrecimento, da fome e da má nutrição

tiveram entre muitas conseqüências adversas a da degradação ambiental. A pressão para intensificação das culturas de exportação combinadas com técnicas deficientes de geração de solos, levaram à desertificação, à salinização e à erosão. A destruição das florestas tropicais, sobretudo no Brasil e na América Latina mas também na Indonésia e nas Filipinas, é apenas o exemplo mais dramático." (Idem: 296)

O significado da crise mundial atual, para Santos (2001: 43), está na "acumulação das irracionalidades no perigo iminente de catástrofe ecológica, na miséria e na fome a que é sujeita uma grande parte da população mundial – enquanto há recursos disponíveis para lhes proporcionar uma vida decente e uma pequena minoria da população vive numa sociedade de desperdício e morre de abundância -, na destruição pela guerra de populações e comunidades em nome de princípios étnicos e religiosos que a modernidade parecia ter descartado para sempre, na droga e na radicalização da vida como solução para um quotidiano alienado, asfixiante e sem solução. (...) Julgo, pois, que precisamos da utopia como do pão para a boca."

Para Altvater (1995: 25) tal absurdo fica evidenciado na simples constatação empírica de que "nas cidades, os ricos se enclausuram em fortalezas, recolhem-se em condomínios cercados de muralhas e rigorosa vigilância, protegendo-se contra as ondas da pobreza, cujos modos de acesso às migalhas da riqueza, como se isso já não bastasse, são ainda por cima criminalizados. Na aldeia global erguem-se fortalezas, constroem-se cercas e muros contra os migrantes, que reivindicam para o mercado de trabalho apenas aquilo que constitui norma óbvia para a troca de mercadorias: liberdade de comércio e conduta".

Na América Latina, tal constatação encontra eco nos processos de industrialização do século XX. Para Altvater (1995: 28-29), "a lastimada 'industrialização mutilada' que constitui na América Latina o resultado

das tentativas forçadas de industrialização dos anos 60 e 70, ou até mesmo a ‘desindustrialização endividada’ de uma série de países cuja cota de investimentos precisou ser reduzida, para obter na poupança interna meios financeiros para a transferência do serviço da dívida, não resultam apenas de decisões equivocadas de política econômica, mas dos limites de um modelo de desenvolvimento que tem como meta a industrialização nacional, mas que por esta via, realiza a globalização do modelo de industrialização. Todavia, a expansão planetária global dos projetos de industrialização e da oferta dos produtos da industrialização é impossível”.

Curiosamente, não é o crescimento econômico que causa tais tensões ambientais, como advogam algumas tendências ambientalistas e críticas. Compartilhamos com a idéia de Altvater segundo a qual o problema da destruição da biosfera, o efeito estufa e todos os problemas daí decorrentes, como por exemplo, o aquecimento global, é inerente à sociedade capitalista e não apenas ao crescimento econômico. Assim, “o problema não reside na dimensão dos coeficientes de crescimento econômico, mas no modo de regulação do ‘metabolismo’, da troca material entre natureza, indivíduo e sociedade.” (1995: 30)

Nesta direção, Altvater conclui que “a sociedade industrial capitalista de modo algum soçobrará em conseqüência de crises econômicas; mas ela gera uma lenta crise civilizatória, uma expressão do entropismo da natureza e do sistema social, e do antientropismo da economia das transformações materiais e energéticas no processo de desenvolvimento”.(31)

Com relação à questão fundamental do combate à pobreza e a preservação do meio ambiente, segundo Gonçalves (2008) são questões que configuram os dois principais problemas da humanidade. Onde, até há pouco tempo, predominou a idéia de que, para combater, a pobreza o meio ambiente teria de ser sacrificado, ou, para que este

fosse preservado, as populações dos países, principalmente daqueles considerados pobres, deveriam arcar com um maior índice de pobreza. Entretanto, atualmente a idéia é a de que um depende do outro para a sua solução.

Nesse aspecto, pode-se afirmar, segundo Gonçalves (2008) que, é assegurando-se a qualidade do meio ambiente que se poderá, na seqüência, assegurar-se a sadia qualidade de vida, este sim o principal indicador do desenvolvimento de qualquer nação. Sendo assim, a qualidade de vida depende do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Se este é degradado, destruído, não haverá como se obter qualidade de vida.

Segundo o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente*, a pobreza na África acabaria se os recursos naturais do continente fossem administrados de maneira efetiva e sustentável.

O crescimento da população acompanhado de novos padrões de consumo e produção resulta em quantidades de resíduos e substâncias tóxicas poluentes com efeitos desastrosos na biodiversidade. Embora não existam dados precisos sobre espécies extintas nas últimas três décadas, o Relatório do PNUMA estima que 24% (1.183) das espécies de mamíferos e 12% (1.130) de pássaros estariam ameaçadas de extinção.

Dessa forma, a situação se afigura particularmente dramática nas áreas urbanas e metropolitanas nas quais vive quase metade da população mundial, a maioria em condições de alimentação, habitação, saneamento, e acesso a facilidades de lazer cada vez mais precárias. A concentração ininterrupta de desempregados, miseráveis e excluídos nos espaços urbanos e metropolitanos caracterizados por desigualdades extremas produz fenômenos de anomia social – marginalidade, delinqüência e narcotráfico que enfraquecem ainda mais a precária governabilidade. O Relatório das Nações Unidas estima 800 milhões da população urbana vegetando abaixo da linha de pobreza e

extremamente vulnerável a desastres naturais e mudanças ambientais. Essas condições desfavoráveis são diretamente responsáveis pela saúde deteriorada e a baixa qualidade de vida, sendo a falta de saneamento básico e a poluição do ar responsáveis pela maior parte das doenças e mortes. (RATTNER, 2008)

Portanto, segundo Gennari & Silva (2009), na sociedade atual, mergulhada em mudanças profundas, desde os anos oitenta, decorrentes do processo de globalização do capitalismo, ganha relevância duas de suas características: a) o surgimento de uma nova pobreza, e b) o assombroso grau de degradação do meio ambiente.

Neste processo de incorporação intensiva de inovações e, portanto, das novas conquistas tecnológicas no campo da robótica, da informática e da biotecnologia, a produtividade do trabalho deu um salto brutal. Se de um lado observa-se o crescimento da produção de alimentos e de novos medicamentos, de outro lado, verifica-se um devastador impacto cuja característica principal é seu duplo aspecto: as forças produtivas do capitalismo, postas em movimento há aproximadamente 500 anos, no final do século XX e início do século XXI, transformaram-se em forças destrutivas com descomunal impacto sobre a devastação ambiental e a devastação dos homens enquanto força de trabalho, ou seja, as mesmas forças que promovem o aumento da produção, reproduz a natureza e os homens como dejetos de um processo industrial caracterizado pela hiper-produtividade do trabalho.

A população pobre é a mais afetada pela destruição ambiental, pois a um só tempo sofrem o impacto do aumento do desemprego estrutural e da devastação ambiental com a proliferação de doenças, a favelização urbana, a falta de água e de saneamento básico. Nesse sentido, é possível concluir que a manutenção de uma estrutura social que promove a permanência e muitas vezes o aumento da pobreza mundial, é o responsável pela mesma dinâmica que provoca a devastação ambiental; sendo dessa forma, duas faces do mesmo

processo de produção destrutiva da nova fase do capitalismo globalizado.

Diante de tal reflexão teórica, podemos compreender que, a única certeza com relação aos problemas sociais é a de que, a destruição do meio ambiente está totalmente vinculada com a estrutura do modo de produção capitalista que promove incansavelmente e para a sua manutenção dois aspectos centrais dessa estrutura social que é a desigualdade social e paralelamente a permanência e também o aumento da pobreza em todas as partes do globo terrestre. Dessa forma, podemos observar que, as populações pobres são as mais afetadas pela produção destrutiva do desenvolvimento atual. Esse fenômeno pode se revelar de várias formas: na falta de saneamento básico, ausência de água potável, “crise dos alimentos”, além da população pobre habitar áreas de maior risco ambiental.

Portanto, para combatermos tanto à pobreza e à desigualdade social, dependemos de criar novas formas de sociabilidade na qual a ética social esteja pautada em novos valores, contrários a estrutura capitalista, a idéia de que o meio ambiente é um bem coletivo e que a destruição dele não pode ser delimitada fronteiras para a sua conseqüência, faz com que pensemos que, a ética de uma nova sociedade deve ser pautada na idéia de coletividade, onde para preservarmos o bem comum da humanidade que está contido na natureza devemos nos relacionar de forma coletiva também, tendo como objetivo a preservação da nossa própria espécie.

5. Bibliografia:

ALTVATER, Elmar. *O Preço da Riqueza – pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

ANDERSON, P. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir.(org.) *Pós-neoliberalismo - As políticas Sociais e o Estado Democrático,* São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.

BANCO MUNDIAL. “O combate à Pobreza no Brasil” *Relatório do Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico, nº 20475-BR*. Depto. do Brasil, março 2001.

BARROS, Ricardo P. e MENDONÇA, Rosane. “Os determinantes da desigualdade no Brasil”. Rio de Janeiro, *IPEA, texto para discussão nº 377*, jul. 1995.

BORGES, Maria A. “As vias de desenvolvimento capitalista: clássica, prussiana e colonial”. *Revista História econômica & História de Empresas*, II. I, Hucitec, 1999;

BRAGA, José C. S. “Financeirização Global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. In: TARARES e FIORI, 1997, op.cit.

CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*, São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desarrollo em América Latina*. México: Século XXI, 1969.

CEPAL. Panorama social de América Latina. Nações Unidas: 2006.

CHESNAIS, F. “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”. *Revista Economia e Sociedade,* n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. dez. 1995

CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da pobreza. Impacto das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo, Moderna, 1999.

CIMADAMORE, Alberto D. & CATTANI, Antônio David (org.) *Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina*. 2007.

DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. (Orgs.) *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

ESTENSSORO, Luís. "Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina". Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2003.

FURTADO, Celso (1989). *Formação Econômica do Brasil.* 23 ed. São Paulo: Editora Nacional.

FURTADO, Celso. (1992) "Repensando o Subdesenvolvimento". *Revista Economia e Sociedade* n. 1, Campinas, ago. 1992.

GENNARI, A. M. & SILVA, A. C. A. B. Globalização, Nova Pobreza e Destruição Ambiental na América Latina. Buenos Aires: Anais do Congresso da ALAS, 2009.

GENNARI, Adilson M. "Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos Anos 90". *Revista Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 13, n. 1 (21), p. 30-45, 2002.

GENNARI, Adilson M. "os determinantes da pobreza na América do Sul: uma proposta metodológica" *Anais do Colóquio intern. (Des)envolvimentos Contra a Pobreza*. http://www.unimontes.br/coloquiointernacional/arquivos/63adilsonmarquesgennari.pdf, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais,* São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

Gonçalves, Marino Elígio. A FALSA IDÉIA DO ANTAGONISMO ENTRE O COMBATE À POBREZA E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE. In: http://www.advogado.adv.br/artigos/2001/marino/falsaideia.htm. Acessado em 13/10/2008.

GUIMARÃES, Roberto P. "A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento". In: DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. (Orgs.) *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

HAYEK, F.A. Von. *O Caminho da Servidão*, 2' ed., São Paulo, Ed. Globo, 1977, 1º ed. 1944.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDEMBERG, M. *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro (RJ): Revan, 1992.

HIRANO, Sedi. "A América Latina dentro da hierarquização do mercado mundial" In: *SOLAR V. América Latina e Caribe e os desafios da nova ordem mundial*. São Paulo PROLAN/USP, 1998, PP. 139-150.

HOFFMANN. Rodolfo. "Desigualdade e Pobreza no Brasil no Período 1979-97 e a Influência da Inflação e do Salário Mínimo". IE-UNICAMP, Jan. 2000.

IANNI, O. *A Sociedade Global.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, -1992.

KEYNES, John M. *A Teoria do Emprego, do Juro e da Moeda.*

KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. São Paulo: Cortez, 2000.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista,* São Paulo: CHED, 1980.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. *O Capital: crítica à economia política.* 6ª Edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MÉSZÁROS, István. Produção Destrutiva e Estado Capitalista. Cadernos Ensaio. São Paulo: Editora Ensaio, 1989.

MORA-ALFARO, Jorge. Social economic development and poverty in Latin America and the Caribbean. MPRA, *Paper n. 1529*, january 2007.

O Estadão Online: http://www.ambienteemfoco.com.br/?p=368. Acessado em 13/10/2008.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista, o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PIORE, M. e SABEL, C. *The Second Industrial Divide*, Nova York: Basic Books, 1984.

PNUD. Superar la Pobreza Humana. Informe Del PNUD sobre la pobreza. Nova York, PNUD, 2000. (AL: http://www.undp.org/rblac/index.htm.

RATTNER, Henrique. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: o mundo na encruzilhada da História. In: http://www.espacoacademico.com.br/014/14crattner.htm. Acessado em 13/10/2008.

ROCHA, Sônia. "Crise, Estabilização e Pobreza", *Conjuntura Econômica*, http://www.fgvrj.br/fgv/ibre/cecon/ensaio.htm.

SADER, Emir.(org.) *Pós-neoliberalismo - As políticas Sociais e o Estado Democrático,* São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979.

SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Ana Carolina A.B. Meio Ambiente e Movimentos Sociais: um olhar sobre as conferências oficiais das Nações Unidas na década de 1990. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2005.